

“Hoje em dia, tudo mudou porque não há mais florestas” - resistindo às ruínas: lutas Guarani-Kaiowá, etnoconservação e defesa dos territórios

Sônia Pavão

Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Federal da Grande Dourados

Gislaine Monfort

Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Federal da Grande Dourados

Laura Jane Gislotti

Instituto de Biodiversidade e Florestas
Universidade Federal do Oeste do Pará

RESUMO

O estudo analisa, por meio de uma reflexão coletiva entre pesquisadoras indígenas e não indígenas, as articulações entre o avanço das cadeias produtivas do agronegócio e os processos de pilhagem, expropriação e violência em territórios Guarani-Kaiowá. Discute-se o contexto da questão agrária em Mato Grosso do Sul e os conflitos desencadeados pela ofensiva do capital, cujos processos de expansão intensificam os impactos territoriais e ambientais em terras indígenas. Paralelamente, o artigo busca contribuir, em diálogo com investigações realizadas por pesquisadores Guarani-Kaiowá, para a proposição de um paradigma de etnoconservação fundamentado em tecnologias ancestrais e autonomias, como estratégia de defesa territorial e de recomposição ambiental em áreas saqueadas pelo Estado e pelo capital. O estudo adota métodos participativos e foi construído em interlocução com três xamãs da Reserva Indígena Limão Verde (MS), além de se fundamentar em um diálogo transdisciplinar entre a Etnobiologia, a Biologia da Conservação e a Geografia Agrária. Diante do cenário de catástrofe ambiental resultante das frentes de colonização em territórios Guarani-Kaiowá, a memória das insurreições e as tecnologias ancestrais associadas às práticas bioculturais e aos sistemas socioecológicos emergem como base para novos paradigmas de etnoconservação. Esses paradigmas, enraizados nas formas próprias de autogestão territorial, configuram modos de resistência e apontam novas possibilidades e horizontes face ao colapso.

Palavras-chave: Biodiversidade; Impactos socioambientais; Lutas territoriais; Povos originários.

“Nowadays, everything has changed because there are no more forests” - resisting the ruins: Guarani-Kaiowá struggles, ethnoconservation, and territory defense

ABSTRACT

This study analyzes, through a collective reflection among Indigenous and non-Indigenous researchers, the connections between the expansion of agribusiness



production chains and the processes of plunder, expropriation, and violence in Guarani-Kaiowá territories. It discusses the agrarian issue in Mato Grosso do Sul and the conflicts triggered by the advance of capital, whose expansion processes intensify territorial and environmental impacts on Indigenous lands. Simultaneously, the article seeks to contribute, in dialogue with investigations conducted by Guarani-Kaiowá researchers, to the proposition of an ethnoconservation paradigm grounded in ancestral technologies and autonomies as a strategy for territorial defense and environmental restoration in areas devastated by the State and capital. The study adopts participatory methods and was developed in collaboration with three shamans from the Limão Verde Indigenous Reserve (MS), while also drawing on a transdisciplinary dialogue between Ethnobiology, Conservation Biology, and Agrarian Geography. In the face of the environmental catastrophe resulting from colonial fronts in Guarani-Kaiowá territories, the memory of insurrections and ancestral technologies associated with biocultural practices and socioecological systems emerge as the foundation for new paradigms of ethnoconservation. These paradigms, rooted in Indigenous forms of territorial self-management, embody modes of resistance and point to new possibilities and horizons in the face of collapse.

Keywords: Biodiversity; Socio-environmental impacts; Territorial struggles; Indigenous peoples

“Hoy en día, todo ha cambiado porque ya no hay bosques” - resistiendo a las ruinas: luchas de los Guarani-Kaiowá, etnoconservación y defensa de los territorios

RESUMEN

El estudio analiza, a través de una reflexión colectiva entre investigadoras indígenas y no indígenas, las articulaciones entre la expansión de las cadenas productivas del agronegocio y los procesos de saqueo, expropiación y violencia en los territorios Guarani-Kaiowá. Se discute el contexto de la cuestión agraria en Mato Grosso do Sul y los conflictos desencadenados por la ofensiva del capital, cuyos procesos de expansión intensifican los impactos territoriales y ambientales en tierras indígenas. Paralelamente, el artículo busca contribuir, en diálogo con investigaciones realizadas por investigadores Guarani-Kaiowá, a la proposición de un paradigma de etnoconservación basado en tecnologías ancestrales y autonomías como estrategia de defensa territorial y de recomposición ambiental en áreas saqueadas por el Estado y el capital. El estudio adopta métodos participativos y se desarrolló en interlocución con tres chamanes de la Reserva Indígena Limão Verde (MS), además de fundamentarse en un diálogo transdisciplinario entre la Etnobiología, la Biología de la Conservación y la Geografía Agraria. Ante el escenario de catástrofe ambiental resultante de las frentes de colonización en territorios Guarani-Kaiowá, la memoria de las insurrecciones y las tecnologías ancestrales asociadas a las prácticas bioculturales y los sistemas socioecológicos emergen como base para nuevos paradigmas de etnoconservación. Estos paradigmas, enraizados en las formas propias de autogestión territorial, configuran modos de resistencia y señalan nuevas posibilidades y horizontes frente al colapso.

Palabras clave: Biodiversidad; Impactos socioambientales; Luchas territoriales; Pueblos originarios.

INTRODUÇÃO

A crise ecológica e climática contemporânea tem impactos desiguais para os diferentes atores sociais, povos e territórios. Essas crises são, fundamentalmente, parte de uma crise



civilizatória que têm sido pauta central de amplos debates dentro e fora da academia, nas bases comunitárias e territórios, mobilizando e entrecruzando discussões teóricas e práticas de luta que emergem de diversos processos de resistência. Entre essas lutas, os povos indígenas formam a primeira linha de levantes e mobilização em defesa da Terra, território e pela vida, desde muitos mundos e cosmopolíticas que apontam horizontes políticos para “o comum”. O “comum” pensado desde as autonomias indígenas é um elemento central para refletir criticamente sobre a relação entre o colapso ecológico e a acumulação capitalista.

Há uma noção convencional, ligada à concepção ambientalista generalizada, tecnocrática e neoliberal, que considera a crise ambiental como um problema solucionável por meio de técnicas modernas e do mercado (Diegues, 2000). Irromper essa perspectiva, buscando a construção de novos paradigmas para as ciências da conservação da biodiversidade desde os conhecimentos indígenas, das tecnologias ancestrais e de seus modos de autogestão territorial, é uma temática crucial e já abordada por diversos pesquisadores e pesquisadoras, como Posey (1996), Diegues (2000), Carneiro da Cunha (2005), Neves (2006) e Oliveira (2015).

A diversidade ecológica e biocultural são fundamentais à vida no planeta e resultam de milênios de interação – de sentipensar – entre povos e florestas, povos e diversos ecossistemas (Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti, 2021). Nesse sentido, os debates fortalecidos no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica de 1992 impulsionaram avanços significativos no reconhecimento dos conhecimentos ciências e tecnologias ancestrais de povos indígenas e quilombolas no centro das discussões sobre conservação da biodiversidade, como um compromisso para os campos da etnoconservação, da gestão de ecossistemas e da defesa territorial (Krenak, 2018; Carneiro da Cunha et al., 2021).

Sob essa perspectiva, a pesquisa busca, por meio de uma reflexão coletiva, compreender a expansão do agronegócio e o acirramento dos processos de pilhagem, expropriação e violência em territórios Guarani-Kaiowá. Aborda-se o contexto da ofensiva do capital e a questão agrária no sul de Mato Grosso do Sul, cujo avanço intensifica os impactos territoriais e ambientais em terras indígenas. Pretende-se também dialogar com investigações realizadas por pesquisadores e pesquisadoras Guarani-Kaiowá, para a proposição de uma perspectiva de etnoconservação fundamentada em tecnologias ancestrais e autonomias.

Por meio de métodos participativos, o estudo foi desenvolvido em interlocução com três xamãs da Reserva Indígena Limão Verde, Mato Grosso do Sul, situada nas proximidades do município de Amambai. Além disso, a pesquisa foi guiada por um diálogo transdisciplinar entre a Etnobiologia, a Biologia da Conservação e a Geografia Agrária.

Como eixos conceituais, recorreremos às categorias de território, *tekoha* e etnoconservação. A partir do diálogo com o geógrafo Porto-Gonçalves (2002), entendemos o território como uma categoria espessa, que implica um espaço geográfico apropriado – territorialização – cujos processos de apropriação ensejam territorialidades inscritas em processos e que são dinâmicas e mutáveis. Também dialogamos com o pesquisador Kaiowá Eliel Benites (2021), que caracteriza o *tekoha* como uma dimensão sociopolítico-cosmológica. O *tekoha* não é a finalidade da “existência, mas o meio. (...) entender a dinâmica do *tekoha* não possibilita a percepção total da existência, mas como ela é produzida e o que leva a produzir o *tekoha* no processo de transitoriedade da sua permanência” (Benites, 2021, p. 25).



A perspectiva da etnoconservação, neste estudo, considera a perspectiva da relação entre conservação da biodiversidade, os conhecimentos territorializados e as diversas formas manejo dos sistemas socioecológicas (Diegues, 2000). Avançando nesse diálogo, ressaltamos a perspectiva de etnoconservação tecida desde as cosmopolíticas e autonomia territorial dos povos indígenas (Pavão e Gisloti, 2023).

Sob essa perspectiva, o ponto de partida são os “mundos possíveis” que as categorias de território, *tekoha* e etnoconservação protejam (Viveiros de Castro, 2002; Narahara, 2021) e os a partir dos conflitos agrários, conflitos ontológicos e resistências. A questão agrária permite o reconhecimento dos sujeitos envolvidos nas lutas contra a racionalidade destrutiva do capital (Sauer et al., 2021). A emergência desses debates tem moldado uma nova política e ética ecológica, impulsionada pelas lutas e produções conduzidas pelo movimento indígena e pesquisadores de diversos povos (Monfort; Gisloti, 2022; Pedro et al., 2023; Pavão; Gisloti, 2023).

Acreditamos na importância de construir investigações que analisem as diferentes dimensões dos impactos ambientais ressaltando as dinâmicas de acumulação do capital, a atuação corporativa de agentes estatais e empresariais e como as lutas indígenas engendram as resistências que formam a linha de frente ao de saque capitalista.

Este artigo está organizado em duas partes. A primeira analisa o avanço das cadeias extrativistas, destacando a questão agrária em Mato Grosso do Sul, a expansão do agronegócio e suas implicações nos territórios Guarani-Kaiowá. A segunda parte examina os testemunhos de lideranças político-espirituais, guardiães e guardiões da memória de luta e resistência em terras pilhadas pelo Estado e pelo capital. Apresentamos uma reflexão sobre a biodiversidade e o território desde as dimensões sócio-político-cosmológicas, dialogando com a crítica xamânica ao agronegócio que emerge dos testemunhos de xamãs. Por fim, apontamos como a crítica xamânica indicada nos testemunhos revelam as tecnologias ancestrais e as formas de autonomia territorial – processos centrais para a etnoconvservação.

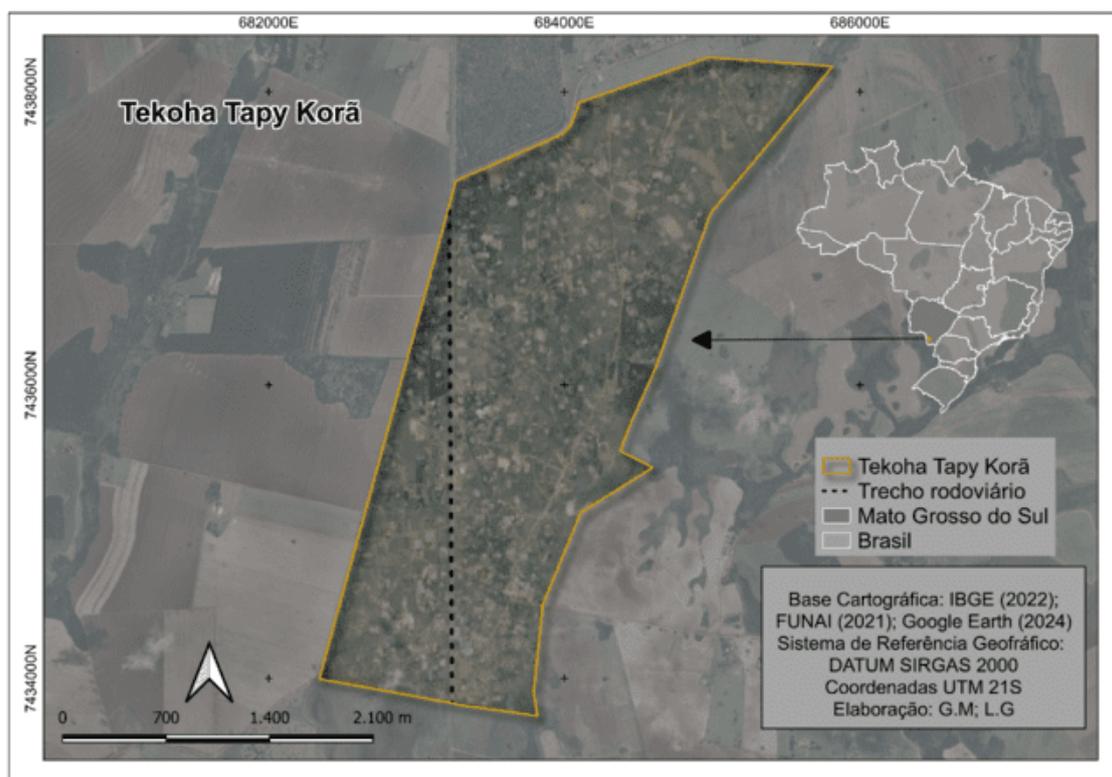
Desejamos que este estudo se some às pesquisas que têm assumido um processo de apoio mútuo e colaboração junto a pesquisadores/pesquisadoras indígenas e um compromisso na elaboração de análises mais coletivas como horizonte político-epistêmico e prático diante do colapso.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla que tem sido realizada pelas autoras no âmbito do grupo de pesquisa “Etnobiologia, Território e Diversidade biocultural” e foi conduzido na região Centro-Oeste do Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul. Este estado corresponde a terceira maior população indígena com 116.346 pessoas, conforme Censo do IBGE (2022) sobre “pessoas indígenas segundo as Unidades da Federação”. Este último levantamento obteve avanços no que tange ao processo de construção de indicadores populacionais relacionados aos povos indígenas, demonstrando a existência de uma população de 1.693.535 pessoas no país.



Figura 1 – Mapa de localização do Tekoha Tapy Korã



Fonte: Elaboração própria (2024).

A pesquisa foi realizada junto ao povo Guarani-Kaiowá no contexto territorial que corresponde ao Bioma da Mata Atlântica. O povo Kaiowá possui uma população de 43.401 pessoas que conjuntamente aos Guarani Nhandeva que possui uma população de 8.596 pessoas, conforme dados do IBGE, formam a maior população indígena em Mato Grosso do Sul.

A floresta tropical atlântica foi uma dimensão importante dos territórios ancestrais Guarani-Kaiowá, conectando-se diretamente a práticas produtivas como a agricultura, caça, pesca e coleta. O *tekoha* conceito que se aproxima de uma perspectiva de território ancestral ou ainda como um “caminho por onde o sujeito caminhou e caminha” (Benites, 2021), constituía a presença de uma densa mata, uma floresta saqueada pelas fronteiras de colonização conduzidas pelo Estado e pelo capital, que marcam o contexto de pilhagem e expropriação vivenciada pelo povo.

O solo predominante da região é o neossolo quartzarênico, caracterizado por baixa fertilidade natural, profundidade variável e capacidade limitada de retenção de água. A vegetação natural é classificada como Floresta Estacional Semidecidual Submontana, pertencente ao domínio da Mata Atlântica (Veloso et al., 1991). Este bioma tem sido impactado pela degradação e supressão florestal desde a primeira metade do século XX, agravada pela pelos processos de expropriação e pilhagem (Pavão; Gisloti, 2023; Lima et al., 2023). Nesse contexto, os territórios indígenas enfrentam a violência, despejos e a precarização das condições



de reprodução da vida conduzidos pelo Estado e por atores privados na região (Pedro et al., 2022).

O estudo foi realizado no tekoha Tapy Korã (Figura 1), localizado nas proximidades do município de Amambai, Mato Grosso do Sul. O tekoha Tapy Korã (23°10'49.3" S; 55°12'23.4" W) faz parte da atual Reserva Limão Verde, estabelecida em 1928 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A reserva abrange uma área de 608 hectares e é possui aproximadamente 2.000 moradores, conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2022).

A pesquisa foi construída em diálogo com três xamãs que participaram dos encontros, seguindo o Protocolo Autônomo de Consulta e Consentimento ao povo. Uma das autoras, uma pesquisadora pertencente ao povo, conduziu os encontros e diálogos tecidos no estudo. Contribuíram para a pesquisa as lideranças político-espirituais Eduardo Recalde (Ñande Ru), Amélia Servim (Ñande Sy) e Adelaide Lopes (Ñande Sy).

O paradigma metodológico adotado foi o da Pesquisa-Ação Participativa (PAP) (Albuquerque et al., 2010), utilizando técnicas como entrevistas semiestruturadas, oficinas participativas e visitas guiadas. As perspectivas participativas permitem alinhar a problemática do estudo a esforços coletivos que fortalecem investigações engajadas e comprometidas com os sujeitos sociais (Monfort; Gislotti, 2022).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas na língua kaiowá e foram conduzidas entre os anos de 2019 e 2022, com o objetivo de registrar narrativas e memórias relacionadas ao conhecimento tradicional sobre flora, fauna e luta por terra e território. Inspirando-se na noção de compartilhamento ancestralizado, destacada pela pesquisadora quilombola Ana Mumbuca (Silva, 2019), as entrevistas foram realizadas em períodos programados: janeiro e fevereiro de 2019, julho de 2020, dezembro de 2021 e março de 2022. As informações foram documentadas com ferramentas digitais e anotações de campo e, posteriormente, transcritas para o português.

As atividades de círculos de discussão, oficinas participativas e visitas guiadas ocorreram no mesmo período, aprofundando os temas abordados e promovendo engajamento coletivo e comunitário relacionado à temática da pesquisa

O avanço das cadeias neoextrativistas e as lutas indígenas como horizontes de vida

O que nos une é maior do que o que nos separa. Paz entre nós, guerra aos nossos senhores (Ferreira; Felício, 2021, p. 21)

Os projetos políticos de desenvolvimento na América Latina sofreram transformações significativas a partir das décadas de 1970 e 1980, marcadas, entre outros fatores, pela ofensiva de um padrão de dominação. A crise estrutural do capital que marca o avanço de um novo padrão de dominação impõe a intensificação da dinâmica de saque aos territórios nas periferias do capitalismo. Entre as décadas de 1990 e 2000, com a mundialização do capital, grandes corporações ligadas ao neoextrativismo ampliaram seu poder político, mobilizando um conjunto de mecanismos junto aos Estados para a expansão da acumulação (De Oliveira, 2005).



Organizações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, também ampliaram sua influência sobre os países da América Latina.

O papel do Estado no apoio, respaldo e investimento direto ao neoeextrativismo, sobretudo ao agronegócio brasileiro, evidencia a atuação estatal no gerenciamento das dinâmicas de saque e acumulação. Observa-se, nesse cenário, que o Brasil, na década de 1980, ocupava uma das primeiras posições no consumo mundial de agroquímicos, sendo um dos maiores consumidores de agrotóxicos (Kageyama et al. (1987). Com a compreensão do Estado como ator crucial nas dinâmicas de acumulação capitalista, chamamos a atenção para a questão agrária em Mato Grosso do Sul, um contexto marcado pela pilhagem e a guerra permanente contra a vida e os territórios indígenas, respaldados por mecanismos institucionais – legais e ilegais - do Estado brasileiro.

A pilhagem se caracteriza como um processo e prática de saque à agrobiodiversidade e aos territórios, convertendo esses territórios em zonas de sacrifício (Urta; Ibarra, 2018; Lima et al., 2023). Esse processo é impulsionado pelas dinâmicas do capital e pelo mercado de commodities como principal motor de inserção dependente na geoeconomia e geopolítica globais, que intensifica processos de expropriação, violência e desigualdades socioespaciais (Elias; Pequeno, 2007; Malheiro, 2023).

A guerra neocolonial e capitalista, em suas múltiplas faces, sempre foi uma guerra territorial, de pilhagem e saque, uma disputa de territorialidades (Nego Bispo, 2015). Uma guerra produtora de crises e colapsos que formam parte de uma conjuntura histórica mais ampla: uma crise da civilização ocidental moderna capitalista/industrial que se fundamenta na expansão e acumulação ilimitada de capital, na intensa exploração de pessoas, territórios e natureza. “A crescente ameaça de ruptura do equilíbrio ecológico aponta para um cenário catastrófico (...). Enfrentamos uma crise de civilização que demanda uma transformação radical (Löwy, 2009, p. 50).

Nesse cenário, no âmbito de todos os poderes que estruturam o Estado brasileiro, observa-se o acirramento de mecanismos de expropriação, à medida em que abre margem para beneficiar e respaldar as dinâmicas de acumulação e a ofensiva ruralista. Para além dos projetos de lei anti-indígenas e das dimensões da violência estatal e paramilitar que afeta os territórios indígenas, mecanismos e dispositivos institucionais têm moldado um imaginário sustentado por estatísticas macroeconômicas como estratégia de legitimação de atores hegemônicos (Pompeia, 2020; Delgado, 2021).

Esses discursos corporativos são conduzidos no âmbito de narrativas hegemônicas, como aponta Pompeia (2020), com o objetivo de alegar supostos benefícios para “todo mundo” – ou seja, para o “Brasil” – que justificariam os problemas e danos gerados pelo agronegócio. Nesse contexto, agentes patronais buscam fundamentação por meio do agenciamento de simulacros macroeconômicos. No enredo privado, associativo e nacional, integram o espectro do agronegócio três formas centrais de representação: i) entidades voltadas a produtos agropecuários; ii) sindicatos rurais; e iii) núcleos intersetoriais que abrangem, além de agentes do setor primário, empresários ligados ao setor industrial, tanto a montante quanto a jusante (Pompeia, 2020).



O poder corporativo é respaldado por um amplo aparato midiático que reforça a ofensiva contra os direitos originários, ao mesmo tempo em que ressalta a atuação do ruralismo dentro e fora do âmbito institucional. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o “Invasão Zero” representam segmentos do ruralismo e o caso da FPA evidencia atores que recebem significativas colaborações em campanhas político-partidárias, provenientes de proprietários de terras envolvidos em uma série de ataques, invasões e massacres contra os povos indígenas (Morais, 2017; Castilho et al., 2023).

Como evidenciam a geógrafa Márcia Mizusaki e o geógrafo José Gilberto de Souza (2020), em diálogo com Delgado (2012), a conjuntura em questão revela um pacto instituído no âmbito do poder corporativo que estrutura o agronegócio. Esse pacto se manifesta na inserção das terras ao mercado de commodities, especialmente pela expansão horizontal de monocultivos em hectares. Essa dinâmica territorial reflete uma estratégia de poder que, notadamente, integra a terra ao capital financeiro, desencadeando, entre outras consequências, uma reorganização no controle territorial e o acirramento do saque aos territórios e aos comuns.

Nesse sentido, é preciso compreender o agronegócio não como fenômeno recente, mas através do contexto da memória histórica de concentração de terra, renda e poder, bem como de expropriação, violência e pilhagem que marca a formação socioespacial do Brasil. Embora o termo “agronegócio” tenha sido amplamente instituído na década de 1990, ele também é uma construção ideológica que busca mascarar a imagem latifundista da agricultura capitalista (De Oliveira, 2005).

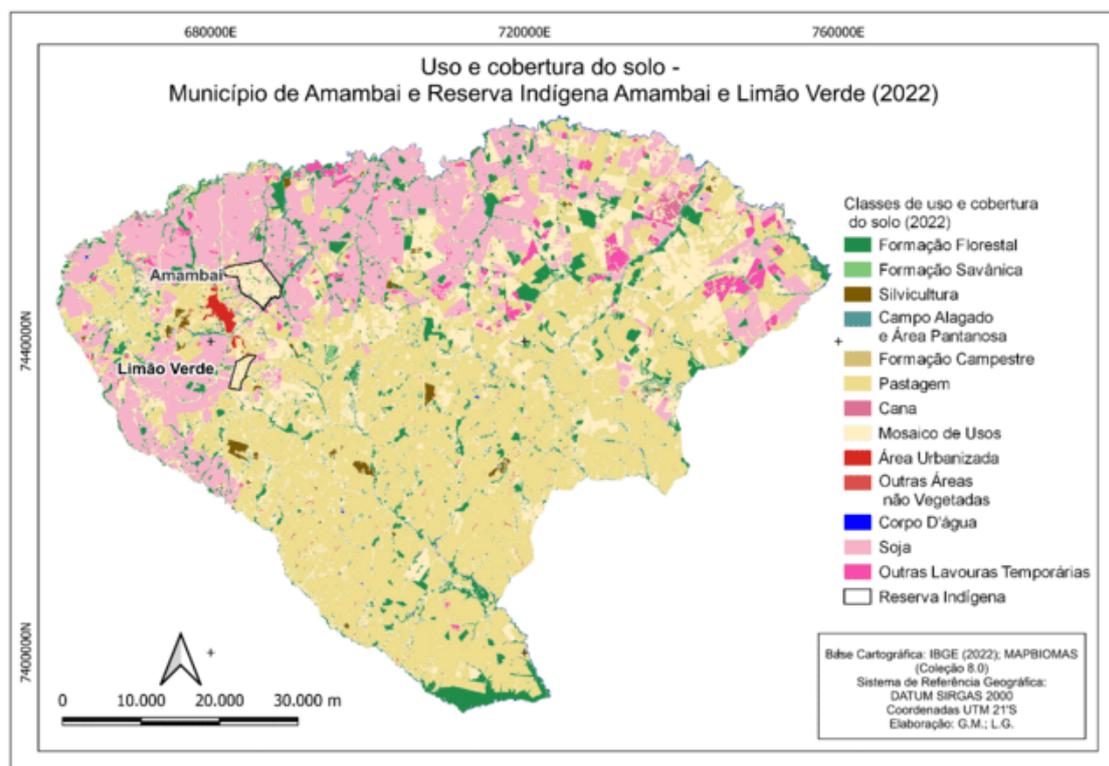
É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica. (...) Nessa nova fase (...) o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. (...) O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (De Oliveira, 2005, p. 4863).

A convergência de dispositivos jurídico-legais marca a legitimação da pilhagem sob o prisma da expansão dos desertos verdes de monocultivos, dos megaprojetos de infraestrutura e da atuação de corporações transnacionais nas margens (e sobre) territórios ancestrais. A questão agrária no Brasil, e de modo mais específico em Mato Grosso do Sul, evidencia como pilhagem atrelada a violência estatal e paramilitar são articuladas como *modus operandi* para a expansão da acumulação de capital e ampliação das zonas de saque (Monfort; Gisloti, 2020).

A antropóloga Kaiowá Valdelice Verón (2018), em sua crítica ao projeto de morte conduzido pelo Estado e pelo capital em territórios Kaiowá e Guarani, afirma que o Estado é o principal agente da violência. Em todos os seus regimes políticos e formas político-partidárias, o Estado beneficia arrendatários, madeireiros, mineradores, empresários, latifundiários e grileiros, enquanto impõe artifícios legais para legitimar a invasão e pilhagem de terras indígenas. Essas violações são legitimadas por meio de discursos desenvolvimentistas que operam “à custa dos direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais

dos povos indígenas” (Verón, 2018, p. 20). O contexto do território Limão Verde, onde o estudo foi realizado, ilustra essas dimensões da expropriação e pilhagem que afetam as terras indígenas Guarani-Kaiowá.

Figura 2 - Mapa de uso e cobertura do solo do município de Amambai e das Reservas Indígenas (dados do período do ano de 2022)



Fonte: Elaboração própria (2024).

A crítica de Veron (2018) ao fascínio letal pelo ‘agro’ como fundamento do desenvolvimentismo defendido pelo Estado brasileiro, é a crítica radical dos povos em luta por terra e território face às ruínas e zonas de sacrifício produzidas pelo capital. A radicalidade desses discursos políticos emerge da memória de rebeliões históricas, das retomadas que se fortalecem desde a segunda metade do século XX e das permanentes estratégias de resistência. Sob essa perspectiva, o *Ñande Ru* Eduardo Recalde, a *Ñande Sy* Amélia e a *Ñande Sy* Adelaide apresentam sua crítica xamânica recordando dos processos de resistência e a força motriz da cosmopolítica na defesa do *tekoha*:

Ñande Ru Eduardo: Sabemos que nosso povo é de espírito forte e nossa força vem para defender a floresta. O 'Jerosy', que agora poucas aldeias fazem, costumava ser três meses pelo menos no tempo mais antigo. Era só festa, comida, celebração! Mas olha, para tudo acontecer direitinho tinha que ter muito trabalho também; a gente



tinha que plantar, que cozinhar e limpar tudo. Eu me lembro muito bem. Antes a gente era alegre e feliz, a gente tinha saúde. E eu sei bem.... Foram os 'brancos' que transformaram isso em um 'inferno', e isso vai contra eles também. Agora já não tem água na cidade deles. Antes aqui na aldeia tinha muita comida, muita água nessa região inteira isso. Hoje em dia, tudo mudou porque não há mais florestas. E foram os brancos.... Eles tiraram nossa floresta

Ñande Sy Amélia: A floresta ensina que se destruir ela muitas coisas ruins podem acontecer. Nós vimos isso na nossa aldeia. Sem floresta falta água, falta comida, falta saúde para o nosso povo. Nós, Kaiowá, sabemos a importância de cuidar e amar a floresta, como se ela fosse nossa mãe. Os brancos não sabem disso não!

Ñande Sy Adelaide: A floresta que antes era grande aqui desapareceu. Os brancos devastaram tudo para vender madeira e fazer plantações. Destruíram quase tudo. Tinha uma grande floresta aqui. A paisagem mudou do que era antes. A floresta dá vida, mas os karai não sabem valorizar e só desmatam, deixando sem plantas e animais.

O testemunho do rezador evidencia a crítica xamânica ao agronegócio e às frentes de acumulação, revela processos de lutas, a atuação dos espíritos da floresta que fortalecem a resistência e as celebrações ancestrais que marcam a alegre rebeldia tecida pelos Guarani-Kaiowá na defesa de seus territórios. Em um contexto de pilhagem e violência, a resistência ancestral emerge como uma insurreição permanente de um “povo de espírito forte”, como ressaltou o nhande ru.

A reflexão sobre o discurso xamânico torna-se vital, especialmente ao considerarmos a força motriz da política xamânica. Nesse sentido, Albert (2002) destaca que, diante do fetichismo antropocêntrico da economia política da natureza, os povos originários opõem seu fetichismo sociomórfico da reciprocidade cosmológica: “A vocação desta política xamânica é, antes de mais nada, a de denunciar o pensamento ‘esquecido’ e mortífero dos brancos” (Albert, 2002, p. 11).

Frente às ruínas, a luta fundamenta-se na espiritualidade e nos processos de retomada territorial, que enfatizam o potencial de recuperação ambiental e dos sistemas socioecológicos desde as tecnologias espirituais. As possibilidades de restauração da vida tornam-se evidentes no discurso profético que permeia os movimentos territoriais, especialmente por meio das vozes de líderes político-espirituais (Benites, 2021; Peralta, 2022). O movimento político e os discursos proféticos apontam caminhos para a resistência do presente, configurando uma luta pelo comum desde muitos mundos. Essas não são narrativas de uma tragédia, apesar das catástrofes; são testemunhos de uma luta permanente em defesa da vida e do território.

“Eles destroem, a gente cuida. Sempre foi assim”: biodiversidade, territórios e dimensões sócio-político-cosmológicas



Entre os Guarani Kaiowá, é comum ouvir discursos políticos sobre o Ava reko – modo de ser e viver, fundamentado em uma existência múltipla e na afirmação enquanto povo da floresta. Essa relação está intimamente ligada à autodenominação como *ka'agwy ygua* ou *ka'agwy rehegua* ('aqueles que são da floresta').

A floresta, denominada *ka'agwy*, corresponde aos ecossistemas da floresta tropical atlântica na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul. Uma dimensão que possui um conjunto de significações e dimensões socio-político-cosmológicas que são centrais para as relações territoriais. Trata-se de um domínio que não abarca apenas o habitat de seres visíveis, mas também os espíritos da floresta que integram as relações ecossistêmicas e cosmológicas.

Para diversos povos cujos territórios convergem com florestas tropicais, a relação com a biodiversidade se entrelaça em teias socio-político-cosmológicas que moldam suas territorialidades, onde os humanos são apenas um segmento da comunidade florestal. A partir dos apontamentos de Carlos Fausto (2008) sobre as sociedades amazônicas, emerge o conceito de dono como um elemento fundamental para pensar a relação entre cosmologia, território e biodiversidade. O conceito transcende perspectivas convencionais de propriedade e domínio, dando origem a relações complexas de reciprocidade, harmonia, predação e conflitualidades, que moldam as dinâmicas socioecológicas e espaciais.

Sob outra perspectiva, Albert e Kopenawa (2023) ressaltam que os espíritos da floresta estão em constante movimento. Para Davi Kopenawa e os Yanomami, "natureza" está vinculada ao termo *urihi* a terra-floresta, e aos espíritos *xapiri pë*, de modo que a floresta não existe "sem razão". "Davi pleiteia uma xamanização do ambientalismo, que chama de *urihi noamatimë th ë ã*, "a fala para proteger a floresta" ou ecologia *th ë ã*, a fala da ecologia" (Albert, 1995, p. 21).

Não se trata de um domínio fora da sociedade ou um ambiente inerte às atividades humanas, tampouco se trata de um campo de recursos a ser controlado. Ao contrário disso, constitui-se enquanto uma entidade viva, uma imagem-essência habitada por seres intangíveis. O que é compreendido como Ecologia na ciência ocidental, é para a ciência Yanomami "os poderes desses espíritos no controle das forças entrópicas do cosmos, poderes esses tão capazes de impedir o desabamento do céu quanto de afugentar as epidemias-fumaça da floresta" (Albert, 1995, p. 22).

Por meio da atuação do xamã, ocorre uma espécie de diplomacia ontológica, que confere o poder da cura e garante a regularidade dos ciclos meteorológicos, ecológicos e cósmicos (Kopenawa; Albert, 2019; Albert; Kopenawa, 2023). Entre os Guarani Kaiowá, a floresta também é compreendida como uma categoria multifacetada, composta por diferentes dimensões, espíritos e múltiplos agentes político-espirituais que contribuem para sua existência como tal.

Os espíritos da floresta, denominados pelos Kaiowá como *jara*, são concebidos como "donos" da fauna, da flora e dos espaços de existência de humanos e não humanos. O universo, nessa perspectiva, é composto por diversos domínios, cada um associado a um *jara* específico (Pedro et al., 2022; Pavão; Gisloti, 2023). Cada espécie e lugar possui um dono, são exemplos deles o 'yvy jara' (guardião da terra), 'y jara' (guardião do rio), 'ama jara' (guardião da chuva), 'mymba jara' (guardião dos animais), 'pytũ jara' (guardião da noite), 'ka'aguy jara' (guardião da floresta) (Pedro et al. 2022). Essas relações tangíveis e intangíveis formam as dimensões



socio-político-cosmológicas do Ava reko e das lutas por território, fortalecidas pelos testemunhos de lideranças político-espirituais (Ñande Ru e Ñande Sy).

Como aponta o pesquisador Kaiowá Eliel Benites (2021), no tekoha coexistem diversos seres — vegetais, animais e os *teko jára* (ligados aos espíritos da floresta) — que operam como agentes que atuam na propagação dos fluxos de energia. Os *jara* organizam o cosmos, estruturam o sistema climático, o mundo vegetal, o mundo animal e o mundo mineral, criando paisagens específicas. “O tekoha é onde se encontra a vida, não apenas para os seres biológicos, mas também para os guardiões (seres divinos que cuidam dos diversos lugares da aldeia)” (Benites, 2021, p. 47). Para Benites (2020, 2021), a existência Guarani Kaiowá, no tempo e no espaço, está intrinsecamente conectada à manutenção das relações com os *teko jára*, como seus ancestrais o faziam.

A imensidão das “paisagens naturais”, de aparência contínua, na verdade, é o conjunto de lugares específicos, onde os diferentes guardiões (...) atuam como gestores, cuidando e mudando de lugar, a cada ciclo específico, atuando nas diferentes espécies que estão sob o seu controle. (...) (Benites, 2021, p. 113).

As práticas ancestrais no contexto dos sistemas socioecológicas são dinâmicas relacionadas às tecnologias ancestrais, que mantêm os Guarani Kaiowá conectados ao *teko jara*. Esses processos, ao longo do tempo, produziram paisagens diversificadas, em contraste com as paisagens de desterro resultantes da expansão do capital e das políticas de Estado. A diversidade de paisagens e espécies em determinado ecossistema depende da mobilidade contínua dos espíritos da floresta. Nesse contexto, as florestas são o reflexo dos encontros entre diferentes *jara*. Como descreve Benites, “por isso as espécies (animais e vegetais) convivem dependendo umas das outras, porque as forças de uma espécie perpassam para outros diferentes, abrindo uma rota de energias” (Benites, 2021, p. 114).

Nessa mesma perspectiva, o xamã, Ñande Ru Eduardo, ao destacar a importância dos *jara*, relembra diferentes elementos da fauna e flora e critica a zona de saque que predomina atualmente nos territórios indígenas em Mato Grosso do Sul, instituído pelo modelo destrutivo dos karaí – sistema-mundo moderno-colonial-capitalista. Ele alerta para os desequilíbrios cosmológicos gerados por essas práticas e suas implicações tanto para a terra quanto para os humanos e não humanos.

Ñande Ru Eduardo: *Para nós, Kaiowá, a floresta é a coisa mais importante. Mas eles [não indígenas] já destruíram muito dela. Isso dói muito. E eles continuam destruindo. Mas você vê... Ainda tem animais aqui, plantas para nós comer, fazer remédios, para nossos rituais. Todos os seres e cada floresta têm sua importância. O 'ka'ati', que é o cerrado, também possui muita riqueza. Plantas, remédios, frutos. O brejo também, este é ainda mais importante para os remédios. O brejo é 'porã rupa', o berço dos remédios. Mas o 'ka'aguy', as florestas, são o lugar mais importante para os Kaiowá. É como o palácio do presidente dos karaí. Lá vivem os seres poderosos, como a onça, o macaco e outros animais que são mais ativos, fortes e poderosos, eles dão força espiritual. É importante ver que esses seres não são solitários; cada um deles tem seu guardião, chamado de 'jara'. O 'jara' é o dono de todas as formas de vida e deve ser respeitado para o nosso bem-estar, para nós Kaiowá viver bem.*



O discurso do xamã dialoga com estudos recentes conduzidos por pesquisadoras e pesquisadores Guarani-Kaiowá, que expressam críticas emergentes dos diálogos realizados junto a seu povo, incluindo lideranças comunitárias, anciões, anciãs e lideranças político-espirituais. Um exemplo significativo é o trabalho do professor e pesquisador Kaiowá Marildo Pedro (2021), que, em sua dissertação sobre etnoentomologia, conduziu reflexões acerca dos aspectos cosmopolíticos das memórias bioculturais dos Kaiowá sobre os insetos e sobre como essas memórias se entrelaça às lutas territoriais.

De modo semelhante, o estudo da pesquisadora Guarani-Kaiowá Inair Gomes Lopes (2022), centrada nas memórias bioculturais relacionadas à caça, aborda os aspectos dessas memórias no contexto de uma retomada territorial. Sua investigação, realizada em diálogo com xamãs e outras lideranças comunitárias, revela o papel central da espiritualidade nas práticas de caça e apresenta uma crítica ao agronegócio que intensifica a vulnerabilidade em territórios cercados por propriedades privadas dominadas pela pecuária e pela monocultura de soja (Lopes; Gisloti, 2022).

A autora, assim como apontou também o estudo conduzido por Pavão (2021), evidenciam as tecnologias ancestrais como instrumento fundamental para as práticas socioecológicas que conduzem os caminhos de resistência no enfrentamento cotidiano ao latifúndio e como forma de fortalecimento de ações voltadas à recomposição ambiental. Sônia Pavão, cientista da natureza, etnobióloga e doutoranda em Geografia, desenvolveu, durante seu mestrado, um plano estratégico voltado para fomentar discussões sobre etnoconservação em seu território como abordagem para incentivar o fortalecimento da gestão territorial e ambiental, com referência central nas práticas tradicionais. O estudo aponta caminhos para diálogos sobre recomposição de sistemas socioecológicos em contextos locais, orientadas pelas dimensões sócio-político-cosmológicas, pelas práticas produtivas tradicionais e pelas autonomias dos povos indígenas.

A memória biocultural, enfatizada em seu trabalho, é uma categoria crucial para a etnoconservação e para a autogestão territorial, atuando como resposta às dinâmicas destrutivas do capital. O conceito de memória biocultural abrange um conjunto de interações sócio-cosmológicas que revelam consciências históricas, saberes acumulados e relações socioecológicas de um povo com seu território (Toledo et al., 2019). Uma categoria importante para o cenário atual de ofensiva neoliberal e neoextrativista.

Planos estratégicos semelhantes têm sido fortalecidos por outros povos, como os Paiter Suruí na Amazônia, que têm conduzido processos de biomonitoramento ou automonitoramento como método de diagnóstico etnoambiental participativo, associado à elaboração de planos de autogestão territorial. Nesse contexto, a atuação de Agentes Indígenas na implementação do biomonitoramento colocou os conhecimentos tradicionais e os modos de autogestão e governança territorial no centro dos debates (Suruí et al., 2021). Essa experiência revela uma iniciativa que mobiliza o diálogo entre a ciência indígena aliada a métodos científicos não indígenas na perspectiva da conservação da biodiversidade e da autonomia territorial.

Sob a perspectiva da conservação, os povos originários têm se destacado como guardiões dos ecossistemas remanescentes do planeta (Pedro et al., 2023), mobilizando a defesa



desses territórios através da auto-organização. Parte desses territórios, protegidos pelos povos indígenas, formam paisagens bioculturais vinculadas às práticas socioecológicas, e tem sido defendido pelos povos por processos de monitoramento e vigilância territorial, assim como por meio de processos de autodemarcação. Por outro lado, outros territórios refletem os efeitos do saque promovido pelas fronteiras de colonização e acumulação, onde os povos indígenas formam a linha de frente da luta contra o capital.

O pesquisador Terena Amado (2020) apresenta uma reflexão significativa sobre o processo de ocupação das universidades por povos indígenas, e como ela ocorre em um movimento em que não há ruptura com a militância, pelo contrário, a luta é levada às universidades e as pesquisas empreendidas estão intimamente relacionadas com a prática de resistência de seus povos.

Essas narrativas, memórias e ações autogestionárias reverberam confluências entre muitos mundos que têm levantado novas problemáticas e críticas ao “mundo uno”, ao mesmo tempo em que indicam caminhos e possibilidades para a luta por terra e território. Nesse sentido, as reflexões de Narahara e Tavares trazem questões centrais: o que ocorre quando aqueles que historicamente foram tratados como “objetos de análise” passam a produzir conhecimento em diferentes campos dentro dos marcos das disciplinas? Por onde circulam as produções de conhecimento e os textos dessas pesquisadoras e pesquisadores? Mais ainda, a escrita indígena é reconhecida como produção teórica ou permanece relegada ao status de dado empírico oriundo do trabalho de campo? Seria ela vista como uma “subciência” ou um saber subalterno? (Narahara; Tavares, 2022).

A dimensão anticolonial ou contra colonial, dessas produções, narrativas, ações e discursos políticos reside na reconstrução das trajetórias a partir de matrizes da ancestralidade, nas quais os povos indígenas são não apenas participantes, mas também os principais sujeitos e pesquisadores dos processos de resistência e luta de seus povos em defesa de seus territórios (Bispo dos Santos, 2018). Entre pesquisadoras e pesquisadores Guarani Kaiowá, o processo de construção de muitos estudos tem sido conduzido a partir das demandas das lutas em seus territórios, nos quais o povo atua como interlocutor, sujeito coletivo na produção do conhecimento e leitores. Esses estudos apontam para caminhos teóricos e metodológicos que enfatizam a inseparabilidade entre dimensões territoriais, socioecológicas e cosmológicas no diálogo transdisciplinar.

O registro das memórias elaborado por Pedro (2021), Lopes (2022) e Pavão (2021) constitui um movimento que fortalece o protagonismo dos povos indígenas, permitindo que se tornem sujeitos de sua própria história, além de escritores e leitores de seus próprios etnógrafos, geógrafos e etnobiólogos (Albert; Kopenawa, 2023). Esse movimento também contribui para evidenciar que a luta por território – e as insurreições – e de sua radicalidade frente à racionalidade dos karaí e à lógica do capital.

No contexto desta pesquisa, verificamos que os diálogos com xamãs frequentemente envolvem recordações sobre a abundância da floresta que outrora compunham os *tekoha*. Esses elementos constituem o núcleo da chamada “crítica xamânica da economia política da natureza” (Albert, 1995). Os processos de resistência conduzidos pelas ações coletivas e retomadas



territoriais guarani-kaiowá, expressam a força motriz dos espíritos da floresta e da espiritualidade como constituintes de “outros mundos possíveis”, projetados pelas lutas atuais.

Essa perspectiva retoma as reflexões de Benites (2021), que argumenta que as múltiplas trajetórias que formam e formaram os territórios ancestrais demonstram que o *tekoha* transcende as fronteiras, os cercos e o tempo da reserva, bem como as dinâmicas de pilhagem e expropriação do Estado e do capital, configurando-se como uma ampla rede de interconexões.

As fronteiras, os cercos e o tempo da reserva (estabelecidas entre 1915 e 1928) expressam algumas dimensões da expropriação e se entrelaçam ao histórico de violações e de fragmentação territorial, somados a supressão das áreas cobertas por vegetação nativa e à superexploração do trabalho.

Diante da pilhagem, nos territórios retomados e demarcados os Guarani-Kaiowá defendem os pequenos fragmentos florestais restantes e expressam que a retomada/autodemarcação, os conhecimentos tradicionais e as tecnologias ancestrais são processos fundamentais para o retorno dos *jara*, conseqüentemente para recuperação ambiental e recomposição dos sistemas socioecológicos nos *tekoha*. Nesse contexto, xamãs como as Ñande Sy Adelaide e Amelia destacam a importância de preservar as áreas remanescentes nos territórios.

*Ñande Sy Adelaide: A floresta é nossa vida. Só que nos dias de hoje, há muito pouco dela restante. Mas a grande floresta ainda vive em nossas memórias, nas recordações de nossos anciãos. Aqui, encontramos tudo o que precisamos: cedro, guavira, guajuvira e macaúba. Há para sustento, para cura. Os não indígenas precisam comprar tudo, mas nós, indígenas, sabemos muito bem da importância da floresta viva. Mas o agronegócio só cresce e só mata por onde passa. Deixa tudo para plantar lavoura. Matam nossa floresta, matam nossos rios. Grande parte da floresta que antes era bem grande aqui desapareceu. Eles tiram tudo em seu caminho para vender madeira e fazer plantações. Eles devastaram quase tudo. Mas eu me lembro bem, tinha florestas lindas aqui. Chegou o não indígena na nossa região e veio desmatando tudo. Mas a gente planta de novo. A gente cuida, deixa ela crescer. Hoje eu já ouço os passarinhos aqui, já tem arara, macaco. Até a guavira tem. **Eles destroem, a gente cuida. Sempre foi assim** (grifo nosso).*

*Ñande Sy Amelia: Defender o pouco de floresta que temos é muito importante para nossa comunidade. Foi a floresta que sempre nos deu tudo. A destruição dela desequilibrou tudo e hoje as crianças e adolescentes não conhecem. A floresta tem sabedoria. Mas somente a Ñande Sy e o Ñande Ru sabem compreender. Nós conhecemos a linguagem da floresta. Por causa disso, o nosso povo sabe da importância da floresta. **A gente sabe que quando os karaí [branco] destruíram as florestas muitas coisas ruins começaram a acontecer com a gente. Quando machuca a floresta, machucaram também as crianças e adolescentes, machuca todo mundo da nossa aldeia.** Todo mundo sabe disso, mas só a Ñande Sy e o Ñande Ru sabe entender bem sobre a floresta nos dias de hoje (grifo nosso).*



A resistência à pilhagem encontra sua força motriz nas dimensões socio-político-cosmológicas, que mantêm viva a luta por território por meio do corpo espiritualizado, como aponta Benites (2021). É através desse corpo espiritualizado que se fortalecem processos de autonomia e a construção de espaços autônomos e comunitários que buscam potencializar a coletividade entre diferentes gerações por meio da memória individual/coletiva e da oralidade com os testemunhos de luta que se tornam discursos políticos.

O mestre quilombola Nêgo Bispo, referência de luta, política e intelectual contracolonalista, nos recorda que o pensamento movimentado pela oralidade é um pensamento orgânico (Bispo dos Santos, 2015, 2023). Essa organicidade integra cosmologias, existências e lutas dos povos contra os processos colonizadores-colonialistas, apontando caminhos de luta desde a ancestralidade - cosmopolíticas contra o capital e o Estado.

As catástrofes ambientais e a pilhagem que marcam o processo de desterro e expropriação dos Guarani-Kaiowá é confrontado pela memória das insurreições e retomadas tecidas pelo povo. Essas memórias fundamentam tanto as insurreições daqueles/as que tombaram e daqueles/as que hoje lutam quanto as dos/as gerações que ainda virão. Lutar contra as ruínas por meio da memória ancestral nutre e dá vida à resistência.

Os Guarani-Kaiowá nos ensinam sobre sua relação ancestral com a Mata Atlântica, sobre a força motriz dos espíritos da floresta e a crítica xamânica ao capital e ao Estado. Nos recordam de cada dimensão do saque e da pilhagem promovidos pelas fronteiras estatais e de acumulação. Nos recordam de todas e todos que tombaram em luta pelo tekoha. E sobretudo, nos ensinam que a resistência é permanente, que a autonomia é um processo – um caminho – tecido coletivamente e que a defesa das retomadas e autodemarcações é crucial para a luta contra o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investiga o avanço das cadeias produtivas do agronegócio em territórios guarani-kaiowá e os processos de pilhagem, expropriação e violência que marcam essa ofensiva. A partir de uma investigação transdisciplinar, o estudo teve como foco a questão agrária em Mato Grosso do Sul e analisou os conflitos desencadeados pela ofensiva do capital e os processos de resistência conduzida pelos povos indígenas.

A partir do diálogo e da escuta junto às/aos xamãs, Ñande Sy Adelaide, Ñande Sy Amelia e Ñande Ru Eduardo foi possível construir uma reflexão sobre a crítica xamânica ao agronegócio e ao Estado desde os testemunhos das rezadeiras e do rezador. Esses testemunhos também expressam as múltiplas dimensões da expropriação e da violência (estatal e paramilitar) sobre os territórios indígenas.

Propõe-se, assim, apontar a importância da defesa das tecnologias ancestrais, das retomadas e processos de autonomia, assim como a urgência da demarcação das Terras Indígenas Guarani-Kaiowá. Esses processos são cruciais para novos paradigmas no campo de debate da etnoconservação e da Geografia Agrária, ancorados nas lutas, formas de autogestão territorial e reprodução social dos povos indígenas.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos profundamente o povo Guarani-Kaiowá, em especial as Ñande Sy Amélia Servim e Adelaide Lopes e ao Ñande Ru Eduardo Recalde que, juntamente aos xamãs de diversos povos indígenas, nos ensinam a lutar desde os territórios e autonomias; e fortalecem horizontes de vida face aos cercos do capital. Aos povos que nos ensinam sobre “um mundo onde caibam muitos mundos” para adiar a “queda do céu”!

REFERÊNCIAS

- ALBERT, B. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. Série Antropologia. v.174. Brasília: DAN/UnB, 1995.
- ALBERT, B; KOPENAWA, D. **O espírito da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ALBUQUERQUE, U. P de; LUCENA, R. F. P de; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: Nupeea, 2010.
- AMADO, E. L. Para além da universidade: experiências e intelectualidades indígenas no Brasil. **IdeAs**, n. 16, p. 1–20, 2020.
- BENITES, E. Tekoha Ñeropu’ã: aldeia que se levanta. **Revista Nera**, n. 52, p. 19–38, 2020.
- BENITES, E. A Busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.
- BISPO dos SANTOS, A. **Colonização, Quilombos, modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa – INCTI, 2015.
- BISPO dos SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/Peseagrama, 2023.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Patrimônio Imaterial e biodiversidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 32, 2005.
- CARNEIRO DA CUNHA, M; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021.
- DE OLIVEIRA, A. U. Agronegócio nas américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 2005.
- DIEGUES, A. C. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.



- ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 25, 2021
- FAUSTO, C. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. **Mana**, v. 14, n. 2, p. 329–366, 2008
- FERREIRA, J; FELICIO, E. **Por Terra e Território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca-BA: Teia dos Povos, 2021.
- IBGE. Censo Demográfico 2022 Indígenas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <
https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/liv102018_1.pdf>. Acesso em: 27/01/24.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In.: DELGADO, G. **Agricultura e políticas públicas**. Campinas: Unicamp, 1987. p. 113-223.
- KOPENAWA, D; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, A. Ecologia Política. **Ethnoscientia**, v. 3, n. 2, p. 1–2, 2018.
- LIMA, G. A.; FIALHO, C. F.; MONFORT, G. Novo tempo de retomadas e insurreições de jovens indígenas diante dos impactos socioambientais, da violência de Estado e do limbo ruralista em Mato Grosso do Sul. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 5, n. 2, p. 158–190, 2023.
- LOPES, Inair Gomes. **Kaiowá rembi’u ypy**: alimentação tradicional como estratégia de etnoconservação da diversidade biocultural no tekoha Pirakua. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) – Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021
- LOPES, I. G.; GISLOTI, L. J. A caça e os caçadores Kaiowá da aldeia Pirakua: uma reflexão na perspectiva da etnobiologia. **Ethnoscientia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 7, n. 2, p. 79–100, 2022.
- LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 28, p. 35-50, 2009.
- MALHEIRO, B; PORTO-GONÇALVES, C. W; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos**. Para repensar o Brasil e o Mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2021.
- MALHEIRO, B. As Amazônias no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral. In: PARRA, G. I. G. (Org.). **Transiciones justas**: Una agenda de cambios para América Latina y el Caribe. 1. ed., Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2023.



MIZUSAKI, M. Y.; SOUZA, J. G. O campo brasileiro e a destituição de direitos: impasse dos trabalhadores e movimentos de luta pela terra/território frente ao ultraliberalismo. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 390–416, 2020.

MONFORT, G.; GISLOTI, L. J. A retomada epistemológica Kaiowá e Guarani: ciências indígenas, autonomias e lutas territoriais como eixos políticos. **Revista Inter-Ação**, v. 47, n. 1, p. 184–202, 2022.

NARAHARA, K. L. Petroleiras e práticas cosmopolíticas em território mapuche. **Tellus**, v. 21, n. 46, p. 185–212, 2021.

NARAHARA, K. L.; do NASCIMENTO TAVARES, I. Apresentação do Dossiê—Quando o “Outro” é o antropólogo: reflexões sobre produções etnográficas contemporâneas. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 3, p. 1–20, 2022.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, R. R. de. “Fruto da terra e do trabalho humano”: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 20, n. 2, 2015.

PAVÃO, Sônia. **Conhecimentos tradicionais Guarani e Kaiowá como fontes de autonomia, sustentabilidade e resistência**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) - Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2006.

PAVÃO, S.; GISLOTI, L. J. Memórias bioculturais dos Guarani-Kaiowá sobre a floresta e os seres que a coabitam: ecologia cosmopolítica na perspectiva da etnoconservação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 18, p. e20220006, 2023.

PEDRO, M. da S. **Floresta, animais e insetos: conhecimentos tradicionais do povo Kaiowá no Tekoha Panambizinho**, Dourados, Mato Grosso do Sul. 2021. Dissertação (Mestrado em Entomologia e Conservação da Biodiversidade) – Faculdades de Ciências Biológicas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

PEDRO, M. da S.; MONFORT, G.; GISLOTI, L. J.. Mymba ka’aguy ha tey’i rembikwa’a: as relações entre o povo Kaiowá e os animais. **Etnobiologia**, v. 20, n. 1, p. 116–141, 2022.

PEDRO, M. S.; VILHARVA, K. N.; BENITES, W.; MONFORT, G.; RAMOS GONÇALVES, C.; GISLOTI, L. J. Etnoentomologia kaiowá na Terra Indígena Panambizinho: memória e conservação da diversidade biocultural. **Espaço Ameríndio**, v. 17, n. 3, p. 198–241, 2023.

PERALTA, A. **Tecnologias espirituais: reza, roça e sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade) - Faculdade Intercultural Indígena, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2022.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 195–224, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Da geografia às geo-grafias**. Um mundo em busca de novas territorialidades. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002.



POSEY, D. A. Protecting indigenous peoples' rights to biodiversity. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 38, n. 8, p. 6-45, 1996

SAUER, S.; DE CASTRO, L. F. P.; de MEDEIROS ALBUQUERQUE, R. Terra e juventude na América Latina: entre lutas, violências e conflitos. **Eutopia. Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial**, n. 19, p. 21–53, 2021.

SILVA, A. C. M. da. **Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca Jalapão-TO**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais), Universidade de Brasília, 2019.

SURUÍ, L. M. G.; JUNIOR, I. C. V.; GOMES, A. S. R.; CARDOZO, I. B. O Biomonitoramento feito pelo povo Paiter Suruí. In: **Monitoramento territorial independente na Amazônia: reflexões sobre estratégias e resultados**. PINTO, D. G. P. [et al.]. São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas-FGVces, 2021. 152 p.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N; BOEGE, E. **¿Qué es la diversidad biocultural**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

URRA, R.; IBARRA, J. T. Estado del conocimiento sobre huertas familiares en Chile: agrobiodiversidad y cultura en un mismo espacio. **Revista Etnobiología**, v. 16, p. 31–46, 2018.

VELOSO, H. P.; RANGEL-FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Ibge, 1991.

VERON, V. **Tekombo'e kunhakoty**: modo de viver da mulher Kaiowá. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113–148, 2002.

HISTÓRICO

Submetido: 31 de janeiro de 2024.

Aprovado: 29 de dezembro de 2024.

Publicado: 31 de dezembro de 2024.

DADOS DO(S) AUTOR(ES)

Sônia Pavão

Doutoranda em Geografia, mestra em Educação e Territorialidade e graduada em Ciências da Natureza pela Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integrante do Grupo de pesquisa “Etnobiologia, territórios e diversidade biocultural” (UFGD-UFOPA), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Unidade II Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitária., Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, CEP: 79804970.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4745-3712>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6360290931691984> .

E-mail: soniapavaogk@gmail.com .

Gislaine Monfort

Doutoranda em Geografia. Especialização em Geoprocessamento. Mestra e graduada no curso de Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Integrante do Grupo de pesquisa “Etnobiologia, territórios e



diversidade biocultural” (UFGD-UFOPA), “Núcleo de estudos sobre território e fronteira – UFGD”, “Coletivo Gentes Terras - Geografias e Povos Indígenas – UFGD” e “Espaço, Política e Emancipação Social” (NEPES – UFOPA), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Unidade II Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitária., Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, CEP: 79804970.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5677-5740> .

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0539650733308903> .

E-mail: gislainecmonfort@gmail.com .

Laura Jane Gislotti

Professora do Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e do Programa de Pós-Graduação em Entomologia e Conservação da Biodiversidade (UFGD) e coordenadora do Grupo de pesquisa “Etnobiologia, territórios e diversidade biocultural” (UFGD-UFOPA), Santarém, Pará, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Vera Paz - Salé, Santarém, Pará, Brasil, CEP: 68040-255.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3954-0245> .

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5715506346353409> .

E-mail: lauragislotti@gmail.com .

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT

PAVÃO, S.; MONFORTE, G.; GISLOTI, L. Guardiões Guarani-Kaiowá: Memórias, Etnoconservação e Defesa Territorial contra a Pilhagem Socioambiental do Agronegócio. **Revista GeoUECE**, Fortaleza (CE), v. 13, n. 25, e12489, 2024.